

A Retrospectiva e a Perspectiva da Investigação das Relações Sino-Portuguesas: Um Ensaio sobre os Estudos Feitos nos Meios Académicos Chineses nos Últimos 40 Anos

*Jin Guoping**

I. Retrospectiva de estudos sobre as relações Sino-Portuguesas

No final de 1978, com o início da reforma e a abertura da China, o estudo da história das relações Sino-Portuguesas entrou num novo período histórico. Sob vários aspectos, pretendemos fazer um balanço e apreciação de resultados da investigação sobre as relações Sino-Portuguesas nos últimos 40 anos, e avançamos com algumas reflexões e perspectivas sobre as futuras pesquisas académicas, a servir de referências para o meio académico.

1. Definição e periodização das relações Sino-Portuguesas

As relações Sino-Portuguesas são as primeiras relações da China moderna com o mundo exterior, podendo ser consideradas como o início das relações exteriores chinesas mais importantes, e até mesmo umas das relações exteriores mais importantes de toda a história da China. As relações Sino-Portuguesas não são apenas uma simples relação bilateral, porque Portugal foi outrora um império colonial que se estendia por quatro continentes, de modo que as relações entre a China e as suas ex-colónias antes das independências deveriam ser incluídas no âmbito das relações Sino-Portuguesas, incluindo Macau, onde os portugueses

* Investigador do Instituto da Macaologia da Universidade Jinan.

levaram a cabo uma pretendida colonização, mas acabou por não ter podido transformá-la numa colónia, atendendo aos seus próprios padrões coloniais. As relações entre a China e Portugal podem ser divididas em dois períodos: 1. Antes da abertura do porto de Macau; 2. Após a abertura do porto de Macau. O primeiro período é marcado pela ocupação portuguesa de Malaca em 1511. O segundo período caracteriza-se pelo estabelecimento de Macau em 1557. Neste artigo, pretendemos apenas fazer uma retrospectiva de investigação deste período, porque o segundo período, ou seja, os estudos de Macaologia são extremamente ricos, necessitando de um artigo especial para os tratar devidamente.

2. Publicação de fontes históricas e pesquisas sobre elas

A localização, o processamento e a publicação das fontes históricas constituem a base de qualquer pesquisa histórica. No que diz respeito à investigação sobre a história das relações Sino-Portuguesas, a recolha e tratamento de materiais históricos também têm avançado com grandes passos. Antes da reforma e abertura, existiam apenas duas colectâneas de fontes históricas, a saber: 1. *O Imperialismo e as Alfândegas Chinesas, Volume 6 - A Alfândega da China e o Projecto do Tratado Sino-Português de Lisboa* (Editora de Ciências, 1959); 2. Jie Zi (ed.): *Fontes Históricas acerca da Ocupação portuguesa de Macau* (Editora Popular de Xangai, 1961). Após a reforma e abertura, registaram-se grandes progressos na triagem, recolha e publicação de materiais históricos relevantes, tendo sido publicado um número considerável de fontes, de modo a lançar bases sólidas para a investigação e promovendo ainda o aprofundamento da pesquisa das relações Sino-Portuguesas. Dos principais títulos publicados podem destacar-se: Departamento de História da Universidade de Nanjing (ed.), *Materiais de Referência sobre a História das Relações Sino-Portuguesas* (Editora da Universidade de Nanjing, 1980); António Vasconcelos de Saldanha (ed.); tradução chinesa de Jin Guoping, *Colecção de fontes documentais para a história das relações entre Portugal e a China* (Fundação Macau, Universidade de Macau, 1996-2000, 10 volumes); Instituto de História Moderna da Academia de Ciências Sociais da China, *Fontes sobre a História das*

Relações Sino-Portuguesas (Editora Popular de Sichuan, 1999); O Primeiro Arquivo Histórico da China, Fundação Macau e Instituto de Livros Clássicos da Universidade de Ji'nan (ed.): *Colecção de Fontes sobre a Questão de Macau durante as Dinastias Ming e Qing* (Editora Popular de Pequim, 1999, 6 volumes); monografia intitulada *O Ocidente penetrando-se no Oriente – A propósito do Início do Contacto Sino-Português, numa retrospectiva* (Fontes, traduzidas e anotadas) (Fundação Macau, 2000), de Jin Guoping, que traduziu e apresentou os principais documentos portugueses dos primeiros contactos entre a China e Portugal; O Primeiro Arquivo Histórico da China, *Compilação de Arquivos e Materiais Históricos sobre as Relações Sino-Portuguesas* (Casa de Arquivos da China, 2000); Instituto Cultural de Macau *A Paisagem Chinesa na Perspectiva da Literatura Ibérica nos Séculos XVI e XVII* (Editora Elefante, 2003); O Primeiro Arquivo Histórico da China, Universidade de Pequim e Instituto Politécnico de Macau *Arquivo das Relações Sino-Portuguesas do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Dinastia Qing* (Editora Popular, 2004); *Arquivo do Consulado Geral de Cantão, depositado no Arquivo Diplomático e Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal* (Editora Educacional de Cantão, 2009), (Portugal) João de Barros e (Espanha) Bernardino de Escalante, *et al.*, tradução para chinês de He Gaoji, *Uma Visão Geral do Império Chinês na Literatura portuguesa no Século XVI* (Editora da China, 2013), etc.

3. Trabalhos académicos relevantes

A década de 1930 representa o início do estudo das relações Sino-Portuguesas, onde a obra mais destacada foi a *História da Diplomacia Sino-Português*, de Zhou Jinglian (Imprensa Comercial, 1936). Embora o livro se intitule “História da Diplomacia Sino-Português”, a maior parte dos capítulos é, na verdade, sobre a história do comércio sino-português, ao longo do litoral chinês, desde o início do século XVI, quando mercadores portugueses vieram para o Oriente em busca de oportunidades de comércio na costa sudeste da China e se estabeleceram em Macau, o que deu início à história de Macau como porto comercial. Em meados da década de 1930, Zhang Tianze concluiu e publicou a

sua tese de doutoramento sobre o início do comércio Sino-Português, realizada na Holanda (E. J. Brill Co., Ltd., Leiden, Holanda, edição em inglês de 1934). Pela primeira vez, citou indirectamente alguns materiais históricos portugueses (versão em chinês: Zhang Tianze, traduzido por Wang Shunbin e Wang Zhibang, *Estudo sobre o comércio sino-português*, Editora de Chinês, 2000). Podem ainda citar-se as *Notas Bibliográficas sobre Portugal, Espanha, Holanda e Itália da História de Ming*, de Zhang Weihua (Harvard-Yenching Institute of Yenching University, 1934, reedição da Editora de Clássicos de Xangai, 1982). Os anos 1940-50 foram um pequeno interregno. A nova China estava na sua infância, a braços com muitas actividades por desenvolver. Mal havia tempo para pensar em coisas como o estudo das relações históricas Sino-Portuguesas, pelo que não se publicaram obras de relevo. No final dos anos 1950 e no início da década seguinte conheceram-se apenas duas colecções de fontes históricas. Nos anos de 1960 e 1970, devido aos movimentos políticos, o meio académico chinês mostrou-se desinteressado pelo estudo das relações Sino-Portuguesas e mesmo em termos de publicações periódicas, foram poucos os artigos sobre as relações Sino-Portuguesas que se deram à estampa. O reduzido número de monografias e artigos mostra que embora as trocas entre a China e Portugal tenham uma história de cinco séculos, e com Macau como ponto de confluência, o meio académico chinês não tem prestado a devida atenção à história das relações Sino-Portuguesas, ou seja, devido à interferência de movimentos políticos anteriores, existem poucos estudos aprofundados sobre as relações Sino-Portuguesas, antes da reforma e abertura, de maneira que estudos de investigação influentes e de peso são raros. Basicamente, foi o que aconteceu até ao final da Revolução Cultural da China nos finais dos anos 1970. Após o início da reforma e abertura, esta situação melhorou e as negociações Sino-Portuguesas sobre o regresso de Macau promoveram com pujança o estudo das relações Sino-Portuguesas e da história de Macau, sendo a figura representativa deste período Dai Yixuan, *Anotações e adendas à Biografia de Portugal da História dos Ming* (Editora das Ciências Sociais da China 1984), e “Sobre a chamada expulsão de piratas da História de Macau”.¹ Dos principais

¹ Cai Hongsheng (ed.), *Obras de Dai Yixuan*, Editora da Universidade de Sun Yat-Sen, 2004.

estudiosos podem destacar-se Deng Kaisong, Huang Qichen, Huang Hongzhao e Fei Chengkang. Livros que focam os primeiros contactos entre a China e Portugal incluem Wu Zhiliang, *O Segredo da Sobrevivência – Sobre o Sistema Político e o Desenvolvimento Político de Macau* (Associação de Educação de Adultos de Macau, 1998), *História do Desenvolvimento Político de Macau* (Shanghai Academy of Social Sciences Press, 1999), Jin Guoping, *História das Relações Sino-Portuguesas – Historica e Geograficamente falando* (Fundação Macau, 2000) e *O Ocidente penetrando no Oriente – A propósito do Início do Contacto Sino-Português, numa retrospectiva*. É de referir que Wan Ming produziu um conjunto de ensaios sobre o primeiro tempo das relações históricas entre a China, Portugal e Macau, a saber: “O Embrião da Sinologia Ocidental – Descrições portuguesas sobre a China”,² “Uma Discussão sobre o Controle de Macau na Dinastia Ming”,³ “Um Reexame da Gestão do Controle de Macau pela Dinastia Ming”,⁴ e “O Ocidente a porta e a Ocupação portuguesa de Macau”,⁵ etc., que trataram extensivamente das primeiras relações Sino-Portuguesas, sendo posteriormente refundidos numa colectânea intitulada *A História das Primeiras Relações Sino-Portuguesas* (Editora de Fontes de Ciências Sociais, 2001). Desde os anos de 1980, os escritos sobre Portugal têm vindo a conhecer uma diversificação gradual dos temas, mas, em geral, as obras de tradução e descritivas representam a maioria, enquanto as obras analíticas se revelam poucas.

II. Contactos iniciais entre a China e Portugal

1. Diplomacia e política

1) Encontro nas águas do sudeste asiático

“Descobrir” a China é o principal objectivo da vinda dos portugueses ao Oriente. Em 13 de Janeiro de 1508, o Rei D. Manuel emitiu uma ordem ao

² *Sinologia Mundial*, 1998, n.º 1, pp. 141-149.

³ *Estudos sobre a História e Geografia das Fronteiras da China*, n.º 2, 1999, pp. 29-43 e 120.

⁴ *Investigação sobre a História dos Ming*, n.º 0, 1999, pp. 132-140.

⁵ *Boletim do Instituto Administrativo de Beijing*, 1999, n.º 4, 2008, pp. 63-66,

Capitão-mor Diogo Lopes de Sequeira, ordenando-lhe saber da China, incluindo a localização geográfica, usos e costumes, crenças religiosas e mercadorias autóctones, etc., para se preparar para as trocas comerciais com o gigante asiático. Os portugueses estabeleceram uma base de operações para o Oriente, em Goa, Índia, em 1510. As primeiras relações Sino-Portuguesas não ocorreram na China, mas sim em Malaca. Segundo informações portuguesas, o primeiro conhecimento recíproco sucedeu em 1509. Em 1511, os portugueses controlavam já o estreito de Malaca, que ligava o oceano Índico com o Pacífico. Em 1513, Jorge Álvares fez a sua primeira viagem a Tamão (em chinês: Dongchong, transcrito em português sob a forma de Tonqion). De 1516 a 1517, Rafael Prestelo foi a Tamão. Em 1516, Tomé Pires, na qualidade de embaixador, desembarcou em Cantão, para encetar as relações oficiais entre a China e Portugal.

2) Embaixada da China durante a Dinastia Ming

O principal conteúdo das relações diplomáticas entre a China e Portugal é o envio de missões diplomáticas. Na Dinastia Ming, Portugal enviou apenas uma missão oficial à China. Aos olhos dos portugueses, o embaixador tem a categoria de embaixador, mas na óptica dos oficiais chineses, todos os que vêm para a China não passam de enviados tributários. O primeiro embaixador luso foi Tomé Pires. Os portugueses bem temiam que, em nome de Portugal, a embaixada não fosse aceite pelo lado chinês, porque não constava da lista dos tributários, pelo que se apresentavam oficialmente e para os chineses verem um tal Coja Hassan, como o titular da embaixada. De facto, a missão tinha dois embaixadores: o verdadeiro embaixador português foi Tomé Pires e o suposto embaixador português foi o Coja Hassan para os chineses verem. Jin Guoping e Wu Zhiliang debruçaram-se sobre esta questão com profundidade: “Uma Missão portuguesa com um chinês como Embaixador - Uma Nova Pesquisa sobre Tomé Pires e Coja Hassan”.⁶ Devido à escassez de registos históricos, várias suposições avançadas parecem infundadas e inconclusivas, e a identidade do Coja Hassan continuava obscura, especialmente o seu nome chinês e o local de nascimento dele, se calhar perdidos

⁶ Wu Zhiliang, *História dos Primeiros Tempos de Macau*, Editora Popular de Cantão, 2007, pp. 342-387.

para sempre. Posteriormente, os dois autores conseguiram identificar documentalmente a terra natal de Coja Hassan e o seu nome chinês - Fu Yongji de Dongting Oriental.⁷

3) Embaixadas portuguesas à China durante a Dinastia Qing

Foram três as embaixadas portuguesas à China durante a Dinastia Qing. Os estudiosos do tema diferem bastante no que diz respeito ao número das missões portuguesas durante a Dinastia Qing. Zhou Jinglian pensava que foram quatro,⁸ Wan Ming defendeu cinco,⁹ António Vasconcelos de Saldanha propôs que tenham sido seis.¹⁰ Quanto a Manuel de Saldanha (1667), Metelo de Sousa e Menezes (1726) e Francisco de Assis Pacheco de Sampaio (1752), as opiniões são unânimes. A discordância ocorre, respeitante a Bento Pereira de Faria (1678) e a Onorato Ferrais (1720). Ahamos que a missão Bento Pereira de Faria foi uma continuação da embaixada de Manuel de Saldanha e não deve ser contabilizada separadamente. Embora existam registos oficiais na China, Portugal não a incluiu nas missões oficiais do século XVIII, porque a iniciativa partiu do Governo de Macau. Quanto à missão de Onorato Ferrais, parece haver uma dúvida e confusão. Consultámos a documentação portuguesa coeva e não vimos quaisquer registos desta missão, mas nos livros chineses há farta referência. Acontece que a aludida pessoa não foi um enviado de Portugal. Ele encabeçou um grupo de trabalho a Pequim para preparar a viagem do enviado especial do Papa, Jean Ambroise Mezzabarba. Até agora, os estudos sobre as embaixadas portuguesas basearam-se nomeadamente em registos de livros oficiais chineses. Obras em inglês são ocasionalmente citadas. De obras portuguesas, excepto de alguns estudiosos como Wan Ming e outros, o uso deixa muito a desejar. Jin Guoping, na sua *História das*

⁷ Jin Guoping e Wu Zhiliang, “Um estudo biográfico de Coja Hassan: Lendas e factos”, *Antologia de Estudos sobre a história da Dinastia Ming*, n.º 10, 2012, pp. 226-244.

⁸ Zhou Jinglian, *História Diplomática Sino-Portuguesa*, Editora Comercial, 1936, pp. 155-160.

⁹ Wan Ming, *História Antiga das Relações Sino-Portuguesas*, pp. 258-296.

¹⁰ António Vasconcelos de Saldanha, “Padre ou nobre? Discussão oficial portuguesa sobre a natureza dos enviados diplomáticos à China no século XVIII”, in Zhuo Xinping (ed.), *Encontros e diálogos – Seminário Internacional sobre o Intercâmbio Cultural Sino-Occidental no final da Dinastia Ming e início da Dinastia Qing*, Editora da Cultura Religiosa, 2003, p. 30.

Relações Sino-Portuguesas – Historica e Geograficamente falando publicou em chinês os relatórios das embaixadas de Manuel de Saldanha (*op. cit.* pp. 167-198), Metelo de Sousa e Menezes (*op. cit.* pp. 199-211) e Francisco de Assis Pacheco de Sampaio (*op. cit.* pp. 212-240). Os supracitados relatórios contêm descrições detalhadas sobre os objectivos das missões, a composição do pessoal, as listas de presentes, os percursos das viagens e as recepções recebidas em Macau e Pequim. A julgar pela situação actual da investigação, são referidas estas embaixadas em obras genéricas das relações Sino-Portuguesas e da história geral de Macau; no entanto a maioria delas são de estilo narrativo, como diários, parecendo faltar obras de investigação detalhada e aprofundada de análises. Estes relatórios são materiais particularmente preciosos para aprofundar o estudo das embaixadas portuguesas e o seu relacionamento com a China. Em síntese, são um total de cinco, tanto em documentos oficiais chineses como portugueses, as embaixadas portuguesas à China durante as dinastias Ming e Qing, a saber, a de Tomé Pires (1516), a de Manuel de Saldanha (1667), a de Bento Pereira de Faria (1678), a de Metelo de Sousa e Menezes (1726) e a de Francisco de Assis Pacheco de Sampaio (1752).

2. À procura de pegadas lusas pelo sul da China

Após o conflito armado marítimo entre a China e Portugal de 1521 a 1522, o comércio oficial português com a China foi temporariamente suspenso. Após a Batalha Naval de Tun Men (Porta da Guarnição Agrícola), nas águas da actual Hong Kong e a Batalha Naval de Xicaowan (Baía de Erva Ocidental), nas águas da actual Macau, as autoridades de Cantão impuseram proibições marítimas e expulsaram os portugueses, obrigando-os a deslocarem-se para o litoral de Zhejiang e Fujian. Depois de 1533, os comerciantes privados portugueses continuaram activos nas áreas costeiras de Zhejiang e Fujian. Em 1548, o porto de Liampó foi fechado pelo exército Ming. Em 1549, os portugueses movimentaram-se para Yuegang (Porto da Lua) e Wuyu (Ilhota Wu), nas águas de Chincheo (Zhangzhou), Fujian, mas foram novamente corridos. De 1549 a 1550, eles retiraram-se para Sanzhou (São João), situada na foz do rio Xijiang

(Rio do Oeste). Em 1554, transitaram para Langbajiao (Lampacao). Finalmente, em 1557, Macau abriu oficialmente como porto.

1) “Tamão”

“Tamão” foi o primeiro lugar chinês aonde os portugueses aportaram.¹¹ Ao longo do tempo, muita tinta correu sobre esta localidade. Em geral, acredita-se que “Tamão” é transcrição fonética do topónimo Tun Men. Esta identificação está certa, mas “Tamão” não se refere a Tun Men propriamente dita. A “I. de Tamão”, em fontes históricas portuguesas refere-se à Ilha Lantao ou Ilha Chek Lek Kok (onde hoje se encontra o Aeroporto de Hong Kong). Em nossa opinião, é mais provável que se refira à Ilha Chek Lek Kok, porque era relativamente pequena, fácil de divisar objectos ao redor, mais defensável a ataques, de modo que é um ancoradouro ideal. O “Porto de Tamão”, sob a pena dos cronistas portugueses, não se referia ao canal Tun Men, mas ao porto numa passagem marítima de nome “Dongxi Chong (Canal de Leste e Oeste)”, que ficava entre a Ilha de Lantao e a desaparecida Ilha Chek Lek Kok. Nas fontes náuticas portuguesas é conhecido como “Tonqion (Canal de Leste)”.¹² Em termos de fontes cartográficas chinesas, o manuscrito de *Quanghai Tuzhu* (O Mapa Panorâmico de Todo o Litoral da China, anotado), depositado na Biblioteca Britânica e a cópia impressa, com o prefácio de 1591, guardado na Biblioteca Nacional da China, evidenciam a localização de “Tonqion (Canal de Leste)”. Uma obra do século XIX, *Compilação de dados da Defesa Costeira de Cantão* aponta: “A Ilha de Lantao ergue-se solitária no mar de fora, com Da’o (Baía Grande) e Dongchong (Braço Oriental de Água), com duas ilhas interiores que se levantam como dois tigres. Os dois portos de Dongchong e de Xichong (Braço Ocidental de Água) encontram-se no mesmo canal, cujas águas de dentro têm 8 ou 9 *chi* de profundidade e as de fora, 3 *zhang*.

¹¹ Vide Luís Keil, tradução chinesa de Li Fei, *Jorge Álvares, o primeiro Português que foi à China, 1513*, Instituto Cultural de Macau, 1990.

¹² A tradução da fonte portuguesa pertinente pode ser consultada em Jin Guoping, *Colecção Seleccionada de fontes históricas ocidentais sobre Macau (Séculos XV-XVI)*, Editora Popular de Cantão, 2005, pp. 42-44 e Jin Guoping, “Um Estudo do Nome e Facto de Tumon, com base em fontes técnicas náuticas ocidentais”, *Estudo da Cultura Chinesa e Ocidental*, n.º 1, 2002, pp. 138-147.

É a Ilha Chek Lek Kok, que se atravessa obliquamente na frente, constituindo um lugar afastado, fácil de ser covil de vilões.¹³ Em termos de fontes em línguas estrangeiras, no manuscrito *Islario general del Mundo*, de 1542, vêm-se as legendas “Santa Cruz” e “Isla de Santa Cruz”. O “padrão” português é geralmente encimado de uma cruz de pedra ou madeira. Desta forma, o “padrão”, erguido por Jorge Álvares, em Dongchong em 1513 teve uma descrição “mapear a geografia e levantar uma pedra”, registada na *Crónica do Distrito de Xin’an*. Devia ser uma estela de pedra com uma cruz no topo. Acreditamos que é muito provável que a “Isla de Santa Cruz” seja o local real onde o monumento do descobrimento, encimado pela cruz, foi erguido, ou seja, na Ilha Chek Lek Kok, ao norte do canal e porto de Dongchong. No Mapa-mundo, de Ribeiro, datado de 1529, visualiza-se “y.^a de S. Cruz”.

2) Xicaowan (Baía da Erva Ocidental)

Após o conflito armado Sino-Português em Tun Men, em 1521, eclodiu outra batalha naval em Abril de 1522, em Xicaowan (Baía da Erva Ocidental).¹⁴ Felizmente, ainda temos disponível a carta do capitão português Martim Afonso de Melo Coutinho ao Rei de Portugal, que então tomou parte nesta contenda.¹⁵ Como *Ming Shilu* (Crónica Verídica dos Ming) regista o nome “Xinhui Xicaowan (Baía de Erva Ocidental do Distrito de Xinhui (Nova Confluência))”, os meios académicos seguem esta versão, tendo julgado durante longo tempo que Xicaowan (Baía da Erva Ocidental do Distrito de Xinhui [Nova Confluência]) se situava no Xinhui (Distrito da Nova Confluência). Historicamente, Xicaowan (Baía da Erva Ocidental) estava administrativamente sob a jurisdição do Distrito de Xiangshan (Monte Odorífero), mas militarmente pertencia ao Distrito de

¹³ [Qing] Lu Kun, [Qing] Deng Tingzhen (ed.); Wang Hongbin, *et al.* [Pontuação], *Compilação de dados da Defesa Costeira de Cantão*, Editora Popular de Hebei, 2009, p. 16.

¹⁴ Jin Guoping, “Acerca do Conflito Armado Sino-Português entre 1521 e 1522: Uma tentativa de identificação de Xicaowan (Baía da Erva Ocidental)”, in Gong Yingyan (ed.), *Antologia de estudos sobre a Rota da Seda Marítima da China no Século XX*, Editora da Universidade de Zhejiang, 2011, pp. 596-609.

¹⁵ Jin Guoping, *Materiais Históricos Seleccionados do Ocidente sobre Macau dos Séculos XV-XVI*, pp. 35-42.

Xinhui (Nova Confluência). *Ming Shilu (Cronica Verídica dos Ming)* baseiou-se na estrutura militar de Weisuo (guarnição e posto), de maneira que deixou um registo como “Xinhui Xicaowan (Baía da Erva Ocidental do Distrito de Xinhui [Nova Confluência])”. De acordo com *Quanghai Tuzhu (O Mapa Panorâmico de Todo o Litoral da China, anotado)*, Xicaowan (Baía da Erva Ocidental) estava sensivelmente a sul de Macau, dentro de Rada. A correcta identificação de (Baía da Erva Ocidental) reveste-se de um grande significado, pois fica confirmado que desde 1522, os portugueses já navegavam nas águas de Macau. Ou seja, a partir dessa altura, os portugueses começaram a ter conhecimento da geografia de Macau.

3) “Liampó”

Após o conflito armado Sino-Português na foz do Rio das Pérolas, os portugueses começaram a ir para norte. Na década de 20 de quinhentos, teriam arribado a Liampó, tornando-a num importante ponto de ligação e principal plataforma da “Rota da Seda Marítima”, a partir da qual levaram a cabo um comércio muito próspero entre países e regiões do Leste e do Sudeste Asiático. Já na década de 1940, Dom Mauro Fang Hao identificou com sucesso “Liampó” como Shuangyu.¹⁶ “Liampó” é uma corruptela de “Niampo”. Bao Jiangyan publicou um *Estudo do Porto de Liampó* (Editora Caminho Literário, 2001). Em 2018, Bei Wuquan e Jin Guoping publicaram “*Das Portas de Liampó ao Porto de Macau - Litoral de Zhejiang, Ilustrado e anotado, revelando o segredo de Liampó*”.¹⁷ Em 2018, Jin Guoping e Bei Wuquan publicaram *Antologia Selectiva de fontes históricas sobre Liampó* (4 volumes: chinês, francês, inglês, português, espanhol e japonês, Editora Oceânica, 2018). Esta colecção multilingue de fontes fornece uma base de dados mais ampla e sólida para um estudo mais aprofundado sobre Liampó, o que colmata uma lacuna nas pesquisas, sobretudo no uso anterior

¹⁶ Fang Hao, “Um estudo sobre a localização de Liampó, um porto comercial na China no século XVI”, *Jornal da Universidade Aurora*, 1947, n.º 1, pp. 53-77.

¹⁷ Museu Nacional do Porto de Ningbo, Instituto de Relíquias Culturais e Arqueologia, Centro Nacional da Protecção do Património Cultural Subaquático da Direcção Geral do Património, *Simpósio os portos vão ao Mundo*, Editora de Ciências, 2018, pp. 110-122.

de materiais históricos e oferece um mais amplo espaço para a interpretação e o aprimoramento académico do topónimo de Liampó e para as actividades nela realizadas. No mesmo ano, um autor amador, sob o pseudónimo de Shui Ying (Mercúrio), publicou *A Abertura de um porto sobre a face do Mundo: Um ensaio sobre a História da Geografia Humana de Ningbo* (Editora de Ningbo, 2018), em que chega a afirmar: “Acho que Syongicam bem pode referir-se ao Arquipélago Zhoushan, mas não pode de nenhuma maneira aplicar-se ao pequeno Shuangyu (Duplas Ilhotas) ou Porto de Shuangyu (*op. cit.* p. 163).” A razão por que nega terminantemente a identificação de Syongicam como sendo Shuangyu reside na latitude fornecida por Jan Huyghen van Linschoten, que corresponde aproximadamente à do Arquipélago Zhoushan de hoje. Podemos ver que a grafia portuguesa de “Syongicam” é, sem dúvida, oriunda do nome chinês de “Shuangyu”. Ao citar Jan Huyghen van Linschoten, o autor expõe dizendo: “Das fontes ocidentais sobre a criação da base comercial portuguesa em Liampó, que posso ver agora, as que mais se aproximam das informações de primeira mão correspondem aos escritos de Jan Huyghen van Linschoten e de Fernão Mendes Pinto. Tanto um como outro, mal chegaram às ‘portas (de Liampó)’ pararam de escrever mais pormenores abruptamente, sem revelarem qual era a praça comercial ou a ilha correspondente, silenciando os seus detalhes. Como não sabiam a distância exacta, foram dadas umas vagas medidas itinerárias (Jan Huyghen van Linschoten disse que ficava a 18 milhas de Chaposy, enquanto Fernão Mendes Pinto afirma que ficava a 3 léguas). Afinal, estes dois autores não eram muito claros (*op. cit.* p. 168).” Esta exposição um tanto literária é bem reveladora de que o pouco advertido autor não profissional não sabe que Jan Huyghen van Linschoten nunca tinha posto os pés em Liampó, cujas fontes eram todas de proveniência portuguesa. Ele cita Jan Huyghen van Linschoten várias vezes, usando apenas a nossa tradução de “Syongicam”, mas ignorando outra forma de “Syongicam”, que aparece no livro de Jan Huyghen van Linschoten. Isto constitui uma prova irrefutável de que ele, embora ponha imagens de PDF de trechos do livro de Jan Huyghen van Linschoten, não terá podido consultar toda a obra de Jan Huyghen van Linschoten. O que ele diz de Liampó não passa do que foi dito por nós, com base em Jan Huyghen van Linschoten. Ele citou fartas

vezes a *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto, nomeadamente as descrições sobre Liampó. Ao sujeitá-las à sua análise e julgamento, conclui da seguinte maneira: “... os episódios em que se contam as andanças de António de Faria, antes da chegada a Liampoo são uma mera ficção, sem nada corresponder a nenhum facto histórico. Topónimos tais como Nouday, Rio de Tinlau, Nipafau, Pullo Hinhor e ilhas de Comolem, entre outros, são simplesmente inventados, a partir do nada, por isso, impossíveis de serem identificados (*op. cit.* p. 64).” Lamentavelmente, o autor não conhece a natureza da *Peregrinação*, que é reputada na literatura de viagens. Isso indicámos já no prefácio da tradução chinesa de *Peregrinação*. Por isso, quando publicámos a nossa multilingue “*Antologia Selectiva de fontes históricas sobre Liampó*, levando em conta o seu carácter literário, não duvidámos em incluir os capítulos referentes a Liampó em apêndice. Bem nos parece um esforço inútil em tentar verificar os topónimos de uma obra literária, do ponto de vista da geografia histórica. Este livro é crasso em falhas, faltando-lhe rigor académico, aqui e acolá, que nem temos a menor intenção de as enumerar para poupar tempo aos leitores profissionais ou meros curiosos. Com base na análise acima, este livro deveria ser apreciado por estudiosos e leitores comuns, em termos da sua cientificidade. Bei Wuquan estudou “Liampó” em *Falar sobre a Rota da Seda através de Zhoushan-Estudo sobre a Rota da Seda de Zhoushan* (Editora da Unidade, 2019), pp. 103-148. Em relação ao estudo de “Liampó”, Gong Yingyan e Yang Jing fizeram uma revisão.¹⁸ Lin Meicun, Mao Dezhan, Wang Jianfu, Wang Wenhong, Fang Purer, Weng Shengcheng e Liao Dake são autores que estudaram com destaque Liampó, para não citar detalhadamente todos os estudiosos que se debruçaram, de uma ou de outra forma, sobre o assunto.

Finalmente, é nossa convicção de que Liampó era, por natureza, uma base marítima de comércio privado de curta duração. Após os portugueses “descobrirem” o Japão, tornou-se num importante ponto de ligação e plataforma do comércio sino-luso-japonês. Os portugueses viveram apenas temporariamente

¹⁸ Gong Yingyan e Yang Jing, “Retrospectiva da pesquisa de Liampó, nos últimos anos”, em *Tendências da Pesquisa da História Chinesa*, 2004, n.º 4, pp. 13-19.

em Liampó, sem nunca terem contado com as instituições e os edifícios “pintados” por Pinto.

4) “Lamao”

Este topónimo teve múltiplas grafias em português, tais como “Lamão”, “Lamao”, “Lamau”, “Lamon”, “Lamo” e “Lamho”. A grafia actual e mais usada é “Lamao”. A troca “L” por “N” é um fenómeno linguístico comum nos dialetos do sul da China. A grafia “Lamho” é na verdade “Namho”. Se dividirmos “Namho” em “Nam-ho”, temos um valor fonético muito próximo de “nan ao”. Até agora, há estudiosos chineses que se serviram de fontes para estudar este topónimo, das quais podemos citar Tang Kaijian e Chen Wenyuan “Uma tentativa de conhecer a História de Lamao durante a Dinastia Ming”,¹⁹ Jin Guoping “Um ensaio de três pontos sobre Lamao”,²⁰ Hu Baozhu, Xiao Wenshuai e Roderich Ptak, “Acerca das Actividades Marinhas em Lamao, durante a Dinastia Ming, do Reinado de Yongle ao Reinado de Longqing: Lamao nas antigas fontes portuguesas”,²¹ Liao Dake “Lamao na literatura ocidental do século XVI até ao início do século XIX”²² etc.

5) “Chincheo”

Este topónimo teve sucessivamente numerosas grafias em português, mas agora a forma mais usada é “Chincheu”. Antes, era “Chincheo” o nome frequentemente usado. Esta palavra requer uma análise fonética. No Dicionário Espanhol-Chincheo, elaborado nas Filipinas, possivelmente no século XVI, já havia o verbete: “Chincheo-Zhangzhou”. Além disso, no *Atlas da China*, de Michael Ruggieri, a pronúncia de Quanzhou e Zhangzhou eram diferentes. Portanto, pode afirmar-se que “Chincheo” se refere a Zhangzhou e não a

¹⁹ *Chaozhou-Shantou Culture Research*, Editora da Universidade de Shantou, 1995, n.º 3, pp. 48-65.

²⁰ Jin Guoping, *O Ocidente avançando para o Oriente: Uma retrospectiva dos primeiros contactos entre a China e Portugal*, pp. 74-82.

²¹ Quanzhou Maritime Museum Fujian and China Society for Maritime History Studies (ed.), *Journal of Maritime History Studies*, n.º 1, 2014, pp. 90-91.

²² *Navegação Nacional*, n.º 3, 2013, pp. 44-74.

Quanzhou.²³ Yang Guozhen escreveu “Os portugueses em Chincheo: Um caso pendente na História marítima no século XVI”;²⁴ o mesmo autor tem também “À procura de Chincheo, uma colónia comercial portuguesa”.²⁵ Os citados capítulos exploram esta questão de uma forma mais abrangente, sem poderem recorrer a fontes em línguas estrangeiras, o que não deixa de ser uma insuficiência. Dos trabalhos baseados em cartografia alusiva a Chincheo, podemos citar Liao Dake e Hui Min “O porto de Chincheo na cartografia europeia dos séculos XVI-XVIII”,²⁶ e Xu Xiaowang “Chincheo na cartografia portuguesa”.²⁷ A pesquisa mais recente deve-se a Chen Zongren “O Mapa Panorâmico de Todo o Litoral da China anotado e comerciantes marítimos de Fujian: Uma discussão sobre ‘Chincheo’ nas fontes portuguesas do Século XVI”.²⁸

6) “Sanchoão”

Numa carta enviada por São Francisco Xavier, datada de 22 de outubro de 1552, no final lê-se “Sanchoão” (é a primeira grafia conhecida em português). A forma “Samcheo” apareceu em 1557. Em 1648, o padre jesuíta polaco Michel Boym, no seu *O Mapa da Grande Cataio*, peça n.º 17, marcou expressamente “Sanzhou (Três Ilhotas), vulgarmente conhecido como Shangchuan (Braço do Mar Superior)”. No manuscrito *Quanghai Tuzhu (O Mapa Panorâmico de Todo o Litoral da China anotado)*, depositado na Biblioteca Britânica e na cópia impressa, com prefácio de 1591, guardado na Biblioteca Nacional da China, vêem-se os dois topónimos “Sanzhou (Três Ilhotas)” e “Sanzhouao (Baía das Três Ilhotas) (também conhecida por “Sanzhouhuan [Baía das Três Ilhotas]”,

²³ Ch. R. Boxer, “1. Chincheo, Quanzhou e Zhangzhou”, in Galiote Pereira *et al.*, tradução de He Gaoji, Editora dos Operários da China, 2000, pp. 293-303. Embora o referido capítulo seja bastante detalhado, está longe de ser conclusivo.

²⁴ *Fujian pelo mar*, Editora Oceânica, 2018, pp. 265-279.

²⁵ *Roteiros Marítimos – Teoria do Desenvolvimento Marítimo e História e Cultura da China*, Editora Oceânica, 2008, pp. 265-279.

²⁶ *Estudo da História da China*, n.º 1, 2013, pp. 159-176.

²⁷ Xu Xiaowang, *História de Fujian do Início da Dinastia Ming 1368-1521*, Editora Livros Encadernados à Chinesa, 2017, pp. 298-300.

²⁸ Jin Guoping e Yang Xunling (ed.), *Estudo do Mapa Panorâmico de todo o litoral anotado*. Fundação Macau, 2021.

“Sanzhou [Baía das Três Ilhotas]” ou “Sanzhoutang [Dique das Três Ilhotas]”). “Sanchoão ” e mais tarde “Samcheo” correspondem a “Sanzhou (Baía das Três Ilhotas)” .²⁹ Desde 2005, passámos a usar o termo “Sanzhou (Baía das Três Ilhotas)” para São João.³⁰ Para facilitar a memória e pronúncia deste topónimo chinês, os portugueses usaram o nome de um santo católico - São João - homófono de “Sanzhou (Baía das Três Ilhotas)”.

7) “Lampacao ”

De entre os estudiosos das gerações mais velhas envolvidos na investigação de “Lampacao” podemos citar Zhang Tianze, Zhang Xingyu, Guo Tingyi, Liang Jiabin, Cen Zhongmian, Fang Hao e Zhou Jinglian, entre outros. Após a reforma e abertura, o primeiro a usar materiais históricos chineses e estrangeiros indirectos para estudar este topónimo foi Dai Yixuan;³¹ Fei Chengkang,³² Huang Qichen.³³ Zhao Liren dedicou alguns esforços a esta questão.³⁴ Tang Kaijian discutiu este tópico de forma mais abrangente.³⁵ Wu Zhiliang examinou, a partir de fontes históricas chinesas e ocidentais, este topónimo.³⁶ No seu artigo “Sobre o âmbito histórico e geográfico de Lampacao”, Jin Guoping, ao vasculhar fontes históricas chinesas e ocidentais, debruçou-se detalhadamente sobre o significado histórico

²⁹ Para uma exposição do tema, vide Jin Guoping, “A propósito da etimologia de São João e St. John”, e *História das Relações Sino-Portuguesas – Histórica e Geograficamente falando*, Fundação Macau, 2000, pp. 272-279.

³⁰ Jin Guoping (ed. e tradução), *Colecção Seleccionada de fontes históricas ocidentais sobre Macau, Século XV-XVI*, pp. 16-71.

³¹ Dai Yixuan, *Acerca da biografia de Frangues da História dos Ming*, pp. 51-52, e “Sobre o chamado problema da expulsão dos piratas na História de Macau”, Cai Hongsheng (ed.), *Obras Seleccionadas de Dai Yixuan*, pp. 215-216.

³² Fei Chengkang, *Os Quatrocentos Anos de Macau*, Editora Popular de Xangai, 1988, pp. 14-16.

³³ Huang Qichen, *História de Macau*, Sociedade da História de Macau, 1995, pp. 39-40.

³⁴ Zhao Liren, “Acerca de locais por onde andaram os primeiros portugueses ao longo da costa de Cantão”, *Journal of Maritime History Studies*, n.º 2, 1993, pp. 89-90.

³⁵ Tang Kaijian, *Gentis homens das Dianstias Ming e Qing e Macau*, Fundação Macau, 1998, pp. 8-11.

³⁶ Wu Zhiliang, *História do Desenvolvimento Político de Macau*, Editora da Academia das Ciências Sociais de Xangai, 1999, pp. 31-33.

e âmbito geográfico de Lampacao.³⁷ Mais tarde, Jin Guoping aprofundou a respectiva investigação, ao escrever “Informações contidas no Mapa de Tabincuo, em relação a Macaulogia: Ao redor de Lampacao”.³⁸

3. Disseminação da tecnologia militar

Na China antiga, a pressão militar vinda de países periféricos, especialmente de países estrangeiros desconhecidos, deu origem à introdução militar passiva por parte do Império do Meio. A introdução nem sempre ocorreu num ambiente pacífico. O conflito foi uma das formas de introdução, sobretudo da transferência de tecnologia militar. A difusão da tecnologia militar entre a China e Portugal foi moldada pelos primeiros conflitos militares na foz do Rio das Pérolas. O exemplo mais famoso da "transferência de tecnologia" foi a introdução, reprodução e utilização de "armas potentes" e "navios fortes", equipados pelos portugueses (não necessariamente feitos em Portugal). Este constituiu o principal conteúdo do primeiro intercâmbio militar e técnico entre a China e Portugal.

1) “Artilharia potente”

(1) Berço

O berço, cujo nome em chinês é Folangjichong (Berço dos frangueses, abreviado em Folangji), era uma arma de fogo muito usada na Europa entre os séculos XV e XVIII. O nome Folangjichong refere-se a um tipo específico de artilharia. Os portugueses e os espanhóis usaram-no em navios oceânicos para conquistar colónias e expandi-las. Os portugueses tinham regulamentos restritos sobre o uso e a disseminação de armas de fogo. Ao comércio privado era estritamente vedado comercializá-las. Os canais de transmissão residiam na

³⁷ Jin Guoping, *História das Relações Sino-Portuguesas – Histórica e Geograficamente falando*, pp. 254-271.

³⁸ Yao Jingming e Hao Yufan (ed.), *Acta do Simpósio sobre o Atlas da China de Michael Ruggieri*, Instituto Cultural do Governo da Região Administrativa Especial de Macau, 2014, pp. 30-39. Fontes ocidentais, já versadas em chinês, podemos encontrá-las em Jin Guoping, *Colecção Seleccionada de fontes históricas ocidentais sobre Macau, Século XV-XVI*, pp. 72-74.

captura de armas de fogo na guerra, cedência por desertores, ou na divulgação, por pessoal técnico, de materiais bélicos, etc. Outra via era a disseminação por meio dos missionários. Neste último caso, havia bulas que estipulavam que só podiam ser divulgadas aos crentes católicos para legítima defesa. De acordo com esta proibição expressa, era violação grave do cânone o facto de que os jesuítas que entraram na China, ajudarem as dinastias Ming e Qing a fundir peças de artilharia. A proliferação de armas de fogo, no âmbito da relações sino-portuguesas, foi efectuada por meio de guerras (Batalha Naval de Tun Men – a Porta da Guarnição Agrícola, nas águas da actual Hong Kong e Batalha Naval de Xicaowan - Baía da Erva Ocidental - nas águas da actual Macau), compradas a chineses que eram experientes em fundição de artilharia (como Yang San e Dai Min, no Reinado de Jiajing), sendo estas as duas principais vias de aquisição. Sobre os frangueses e o Folangjichong, recomenda-se a consulta a Jin Guoping *Colecção Seleccionada de fontes históricas ocidentais sobre Macau, Século XV-XVI*, pp. 2-4, e Jin Guoping “Uma breve análise de Huaren (espanhóis) em *The Selden Map of China - A propósito dos frangueses e da Frangúia*”.³⁹ Os Estudos mais relevantes sobre Folangjichong são: 1. Lin Wenzhao e Guo Yongfang “Acerca da data da primeira introdução de Folangji na China”.⁴⁰ De acordo com a descrição de Gu Yingxiang, citada por Lin e Guo a partir de *Compilação cartográfica para a defesa marítima* (1562), com base em exposições e análises aprofundadas, foi lançada a tese de que a primeira introdução na China foi no 12.º ano do Reinado de Zhengde. 2. Li Bin “Novas luzes sobre o contacto inicial entre a Dinastia Ming e os Frangueses”.⁴¹ O texto de Li verificou, de forma convincente, que a descrição de Gu Yingxiang, constante da *Compilação cartográfica para a defesa marítima* foi reproduzida da colectânea *Registo de Poupança do Tempo na Sala Jingxu*. 3. Zheng Cheng publicou “De Folangji ao Canhão do Senhor Ye - Acerca da evolução da tecnologia de armas de fogo no

³⁹ *Estudo da História dos Ming*, n.º 12, Editora Rádio-televisiva da China, 2014, pp. 209-223. Uma versão mais actualizada, podemos encontrá-la em Jin Guoping, *Galeão da China e Rota da Seda e Prata-Uma Pesquisa sobre o Parán*, Instituto de Macaulogia da Universidade Ji’nan e Fundação Macau, 2021, pp. 36-53.

⁴⁰ *Estudo da História das Ciências Naturais*, 1984 Vol. 3, n.º 4, pp. 372-377.

⁴¹ *Journal de Nove Estados*, 1994, Vol. 6, n.º 3, pp. 105-112.

final da Dinastia Ming”.⁴² Uma monografia a destacar é *Folangjichong na China*, da autoria de Zhou Weiqiang (Editora de Fontes Científicas Sociais, 2013). Com base em fontes chinesas e ocidentais, o autor discute o tema com profundidade e erudição, dando novas e múltiplas ideias sobre este caso, único na história militar mundial, que teve um impacto extraordinariamente profundo em relação à China. Notamos que este livro foi profusamente citado pelo norte-americano Tonio Andrade, na sua nova obra *The Gunpowder Age: China, Military Innovation and the Rise of the West in World History*, chegando a considerá-la uma obra-prima. Além disso, temos a *Pesquisa sobre a tecnologia de armas de fogo ocidental introduzida na China no final da Dinastia Ming* (Editora Económica de Shanxi, 2016) que pode servir de referência para novos estudos. No âmbito da história das armas de fogo, temos *História da Artilharia Antiga da China* (Editora Popular de Xangai, 1989), de Liu Xu e *História das armas de fogo chinesas* (Editora das Ciências Militares, 1991) e *História Geral das Armas de Fogo Chinesas* (Editora da Universidade de Wuhan, 2015), de Wang Zhaochun. Existem também dois livros de peso, que não podemos deixar de mencionar. 1. *Mosquetes e Contas: China e o mundo da Ásia Oriental na Era da Primeira Globalização Económica*, de Li Bozhong, que ganhou o “Prémio Livro Caju”, da Coreia do Sul (Livraria Conjunta Vida-Leitura-Novos Conhecimentos, 2017). O livro, parte da nova óptica da história global, da globalização militar inicial, das reformas militares no final da Dinastia Ming e da comparação dos resultados das reformas militares da Ásia Oriental no início da globalização económica; debruça-se ainda de forma vívida e interessante sobre o papel das armas de fogo no início da globalização da China. A obra tem uma ampla visão, com narrativas penetrantes, simples e fascinantes. Trata-se de um *best-seller* que bem combina o profissionalismo académico da pesquisa histórica com a popularidade. 2. *The Gunpowder Age: China, Military Innovation, and the Rise of the West in World History* (CITIC Press, 2019), de Tonio Andrade, que foi galardoado com o Prémio do Livro de Destaque de 2017 da Academia Americana da História Militar. Esta obra baseia-

⁴² Instituto de História da Academia Chinesa de Ciências Sociais, Sociedade Oriental do Japão, Faculdade de História e Universidade da Educação da Capital (ed.), *Acta do Sétimo Fórum de Académicos Sino-Japoneses sobre a História Chinesa Antiga*, Editora de Ciências Sociais da China, 2016, pp. 285-335.

se num grande número de detalhadas fontes históricas tanto chinesas como ocidentais, num estilo descritivo vívido, com uma estrutura bem organizada e exposições e análises precisas. Lança uma pergunta e dá ao mesmo tempo a resposta, ambas inovadoras: Porque é que a Europa desenvolveu uma artilharia avançada que mereceu a atenção e imitação da China? Isso é o suficiente para nos fazer pensar como o Ocidente avançou e atingiu o seu apogeu num determinado tempo e como a China estagnou na sua evolução.

(2) “Fagong (falcão)”

Em relação à etimologia “Fagong (falcão)”, Wang Zhaochun opina que se trata de um caractere chinês, para arma de fogo.⁴³ De facto, a etimologia “Fagong (falcão)” foi já bem estudada. Zheng Cheng verificou com sucesso em 2013 que a etimologia “Fagong” é a palavra portuguesa “falcão”.⁴⁴ No mesmo ano, Sun Jianwei escreveu “Uma tentativa de explicação dos caracteres ‘煩(gong)’ e ‘𤔁(gong)’, averbados no Grande Dicionário da Língua Chinesa”.⁴⁵ Do ponto de vista das fontes históricas chinesas, explicou a semântica de “煩(gong)” e “𤔁(gong)”. Em português, “falcão” é uma ave de rapina. Nas antigas obras militares chinesas, “falcão” era foneticamente parecida com Fagong. Às vezes, em chinês, usa-se o termo Fagong para significar “falconete”, que quer dizer “berço”, o qual tem um nome chinês bem conhecido “Zimuchong (berço)”.

(3) Canhão dos “Bárbaros Vermelhos”

Na Dinastia Ming, chamava-se aos holandeses “Bárbaros Vermelhos”. Assim, Canhão dos “Bárbaros Vermelhos” significa a artilharia holandesa. Numerosos estudiosos chineses estão convencidos de que este tipo de artilharia veio dos holandeses, concretamente através de Macau, no início do século XVII. Trata-se de um consenso irrefutável, no âmbito da Macaulogia, da história chinesa

⁴³ *História Geral das Armas de Fogo Chinesas*, Wuhan University Press, 2015, p. 137, nota 2.

⁴⁴ Zheng Cheng, “Uma pesquisa sobre ‘Fagong (falcão)’ - A artilharia europeia de ante-carga, introduzida na China em século XVI e a sua evolução”, in *Pesquisas em História das Ciências Naturais*, Vol. 32, n.º 4, 2013, pp. 504-522.

⁴⁵ *Jornal Linguístico-Esforço*, 2013, n.º 2, pp. 117-119.

das armas de fogo e até mesmo da história da Dinastia Ming. No entanto, em termos do aprofundamento das investigações, surgem questões tais como, o que é que se entende por Canhão dos “Bárbaros Vermelhos”, qual é o seu protótipo, quando e como entrou na China e em que ano foi imitado. Na nossa investigação, constatamos que a ilustração do “Tongfagong (falcão de bronze)”, na obra *Compilação cartográfica para a defesa marítima* o “falcão” é bastante diferente do guardado no Museu Militar de Lisboa. O desenho chinês tem uma forma grossa e curta, e a culatra acaba numa conta de cauda. Da culatra à boca vai afunilando em forma de quase um cone, enquanto que o “falcão” tem uma forma longa e estreita, sem afunilamento óbvio. Ao analisarmos estas características de aparência, o “falcão” não deveria ser o protótipo do “Tongfagong (falcão de bronze)”. Vê-se que a forma do “Tongfagong (falcão de bronze)” na *Compilação cartográfica para a defesa marítima* mais se assemelha ao sacre. Em português, o nome completo de “sacre” é “Falco cherrug”, o “Saker falcon” em inglês. A tradução chinesa de falcão é *lieshun*. Para se diferenciar o berço (nome traduzido em chinês: folangji ou zimuchong) do falcão-sacre (nome traduzido em chinês: yingshunchong), existe a palavra falconete de berço em português (nome traduzido em chinês: xiaoyingshunchong). O berço/falconete de berço era uma peça de pequeno calibre, que pertence à categoria de colubrina e dispara pelouros de ferro fundido. As colubrinas dividem-se em 4 categorias: 1. A colubrina legítima; 2. A colubrina bastarda; 3. A meia colubrina; 4. O sacre. Este também era chamado de terço de colubrina. O sacre era uma peça de mais pequeno calibre das colubrinas, usado principalmente para atacar navios inimigos e alvos terrestres. A nota sobre a ilustração do “Tongfagong (falcão de bronze)”, na obra *Compilação cartográfica para a defesa marítima* reza: “Cada peça pesa cerca de quinhentos cates, com cem pelouros de chumbo, que pesa por sua vez cada um perto de quatro cates. Um verdadeiro canhão de cerco”. Por esta última frase podemos concluir que não se trata do falcão, mas sim do falcão-sacre. A ilustração *Compilação cartográfica para a defesa marítima* é um desenho a preto e branco. No obstante, podemos ver a forma real de um falcão-sacre, denominado de “Milagrosa Peça de Falcão-Sacre, Vitoriosa, Voadora, Aniquiladora de bárbaros e Pacificadora de Fronteiras”, feita no início do Reinado de Chongzhen, exibido

agora no Museu da Grande Muralha. Se a ilustração da *Compilação da Carta de Navegação* é apenas simbólica, a peça do Museu da Grande Muralha, sem dúvida, confirma que o “Tongfagong (falcão de bronze)” é imitação do “falcão-sacre”. Nas obras *Registos Militares, Da milagrosa arma de fogo do Ocidente e Peças Milagrosas ao Modo Ocidente*, de He Rubin, entre outras, a tradução chinesa é Yingshunchong (Canhão de sacre) e é classificada na categoria de peças de cerco. Esta tradução revela-se altamente precisa. Com “ying” traduz-se o português “sacre” e com “shun”, o português “falcão”. Pelo exposto, podemos concluir que o Canhão dos “Bárbaros Vermelhos”, desde cedo foi imitado pelos chineses já no Reinado do Jiajing. Trata-se de uma peça de ante-carga, com munhão de ignição na retaguarda. O nome real de “Tongfagong (falcão de bronze)”, figurado na *Compilação cartográfica para a defesa marítima* deveria ser o português “falcão-sacre”. Esta designação referia-se apenas a um tipo específico de boca de fogo. Após a localização, a imitação e renovação, à chinesa, passou a designar uma ampla gama de nomes de peças, tornando-se um termo genérico para a artilharia potente de ante-carga. Dos principais estudiosos que se debruçam sobre o Canhão dos “Bárbaros Vermelhos” podem citar-se Wang Zhaochun e Liu Xu, com a sua série de história militar e história da artilharia, especialmente Tan Kaijian, com a sua *Adenda ao memorial ao Trono apresentado pelo Vereador* (Procurador).⁴⁶ Eis os principais artigos sobre o tema em questão: Li Yingfa “Sobre a Introdução e o desenvolvimento do Canhão dos ‘Bárbaros Vermelhos’ no Final da Dinastia Ming”;⁴⁷ Liu Hongliang “A História da Ascensão e Queda do Canhão dos ‘Bárbaros Vermelhos’ nas Dinastias Ming e Qing e os Problemas Correlacionados”;⁴⁸ Tang Kaijian “Um Estudo sobre o barco dos ‘Bárbaros Vermelhos’, naufragado no Distrito de Yangjiang, no ano 48 do Reinado de Wanli - A propósito da entrada do Canhão dos ‘Bárbaros Vermelhos’ na China”;⁴⁹ Jin

⁴⁶ Editora Popular de Cantão, 2004, pp. 110-111.

⁴⁷ *Boletim da Universidade de Educação de Sudoeste*, Edição de Ciências Sociais, 1991 Vol. 17, n.º 1, pp. 45-50.

⁴⁸ *Boletim da Universidade Técnica de Harbin*, Edição de Ciências Sociais, Volume 7, 2005, n.º 1, pp. 1-5.

⁴⁹ Tang Kaijian e Ma Mingda (ed.), *Antologia de ensaios sobre a História Antiga da China*, Volume 2, Editora de Clássicos de Xangai, 2006, pp. 238-272.

Guoping e Wu Zhiliang “Novas Provas sobre a causa da morte de Nurhachi”⁵⁰ e Zhou Xiaolei “Acerca do armamento de defesa costeira de Cantão e o seu arsenal na Dinastia Ming”,⁵¹ etc. Quem se dedicou à pesquisa do Canhão dos “Bárbaros Vermelhos”, com maior esforço e sucesso, foi o Professor Doutor Huang Yinong, de Taiwan. Recomenda-se a consulta das suas obras e artigos alusivos ao tema. O trabalho principal sobre o falcão sacre, devemos-lo a Wang Zhaochun *História Mundial das Armas de Fogo*;⁵² a Yin Xiaodong *A transferência da tecnologia da arma de fogo ocidental para a China no final da dinastia Ming e no início da dinastia Qing, durante os séculos XVI e XVII*;⁵³ a Feng Zhenyu *Sobre a tecnologia de armas de fogo ocidental no final da dinastia Ming*⁵⁴ e a Jin Guoping e Yang Xunling (Ed.): *Quanhai Tuzhu* (O Mapa Panorâmico de Todo o Litoral da China anotado), etc. Dos artigos mais relevantes, podemos citar: Zheng Cheng “*O Vulcano ajuda - A propósito da origem da artilharia ocidental introduzida no final da dinastia Ming*”.⁵⁵ Em relação ao grande papel que desempenhou Portugal nas guerras entre Ming e Qing, ao fornecer armas de fogo, através de Macau, podemos consultar Jin Guoping e Wu Zhiliang “A Fundação do Bocarro”⁵⁶ e “Novas provas sobre a causa da morte de Nurhachi”.⁵⁷ Relativamente à ajuda militar que Portugal forneceu à Dinastia Ming, através de Macau, podemos ver Dong Shaoxin e Huang Yinong “Uma Nova Pesquisa sobre o Recrutamento de Soldados portugueses no Reinado de Chongzhen”.⁵⁸ Quanto à questão de quando é que o berço foi introduzido pela primeira vez na China, ainda há muito a discutir, principalmente três casos a serem esclarecidos: 1. Zhao Shizhen disse em *O Livro dos Artefactos Milagrosos*: “Das grandes peças de artilharia, foi despachado o ‘General n.º 3’, que fora capturado na conquista da

⁵⁰ *Ensaio sobre a História Antiga de Macau*, pp. 512-535.

⁵¹ Li Yihuai (ed.), *Ensaio sobre a Defesa Costeira durante as Dinastias Ming e Qing*, n.º 8, Editora Popular de Cantão, 2015, pp. 292-310.

⁵² *História Mundial das Armas de Fogo* (Parte I), Editora do Exército Popular, 2014, p. 243.

⁵³ Editora Educacional de Shandong, 2014, pp. 224-227.

⁵⁴ Editora Económica de Shanxi, 2016, p. 95.

⁵⁵ *Pesquisa em História das Ciências Naturais*, 2012, n.º 4, pp. 457-483.

⁵⁶ *Ensaio sobre a História Antiga de Macau*, pp. 312-321.

⁵⁷ *Ensaio sobre a História Antiga de Macau*, pp. 512-535.

⁵⁸ *Pesquisa histórica*, n.º 5, 2009, pp. 65-86, 191.

Cochinchina, no início da nossa dinastia” e se chama berço. A conquista da Cochinchina foi no reinado de Yongle. 2. *Crónica Geral de Fujian*, no seu capítulo *Cronologia da Dinastia Ming*, o autor Chen Shouqi afirma que no 5.º ano do reinado de Zhengde (1510), os “piratas de Cantão” invadiram o Distrito de Xianyou. O “voluntário” local chamado Wei Sheng ofereceu ajuda às autoridades da terra, “servindo-se de uma centena de berços para atacar os piratas invasores”. 3. No 14.º ano do reinado de Zhengde (1519), Wang Shouren usou os berços para reprimir a rebelião de Chenhao. Parece que há toda a possibilidade de fazer novas e razoáveis interpretações dessas afirmações aparentemente impossíveis, após um vasculhamento a fundo das fontes históricas chinesas e estrangeiras.

2) “Navios robustos ”

(1) Barco-Centopéia (galé)

O mundo académico tem dado mais atenção à tecnologia de imitar as armas de fogo portuguesas, enquanto a tecnologia da construção naval do Barco-Centopéia (galé) que foi introduzida pelos portugueses no mesmo período não tem merecido tanto a atenção dos historiadores chineses, faltando estudos especializados. Não são muitos os artigos que se debruçam sobre o Barco-Centopéia (galé). Um dos pioneiros a tratar deste tema foi Roderich Ptak “Barco-Centopéia (galé) e os portugueses”,⁵⁹ e ainda Roderich Ptak, tradução em chinês de Shi Minyue *Rota da Seda marítima*.⁶⁰ Os trabalhos de Roderich Ptak constituem um modelo a seguir nesta área da pesquisa. O autor cita extensivamente fontes históricas chinesas e estrangeiras, enriquecendo o texto com notas detalhadas e bibliografia quase exaustiva. As suas teses e argumentos são equilibrados, podendo ser considerados como modelo de pesquisa neste campo. “Uma investigação sobre o Barco-Centopéia” (galé),⁶¹ de Liu Yijie, é um

⁵⁹ Roderich Ptak, *Colectânea da História de Macau e História Marítima de Roderich Ptak*, Editora Popular de Cantão, 2018, pp. 1-16.

⁶⁰ Companhia Editora A Amizade, 2019, p. 342.

⁶¹ *Navegação Nacional*, 2018, n.º 20, pp. 133-148.

estudo-tópico que analisa exaustivamente a origem lusa e o percurso de investigações já realizadas sobre o tema em questão e apoia claramente a “teoria da origem lusa do Barco-Centopéia (galé)”, ou seja, o protótipo do “Barco-Centopéia (galé)” é uma lancha de guerra portuguesa a remos. Avalia positivamente o impacto que a imitação do “Barco-Centopéia (galé)” teve na organização militar da Dinastia Ming. Tan Yuhua, no seu artigo “Um estudo sobre o ‘Barco-Centopéia (galé)’”, referido no Memorial ao trono de Wang Hong, intitulado “A Minha Humilde Opinião sobre como se poderiam eliminar os conflitos fronteiriços”⁶² também revê o perfil das investigações sobre o “Barco-Centopéia (galé)”, de uma forma mais abrangente e chega a defender a “teoria do Barco-Centopéia (galé) originário do sudeste asiático”. Vê-se que Tan não teve acesso a uma boa tese de mestrado, feita em Taiwan - Peng Wenxian, “O intercâmbio de armas de fogo ente a Europa e o Leste Asiático durante na Dinastia Ming- tomando o Barco-Centopéia (galé) e o parao como centro da discussão”.⁶³ Além disso, as fontes portuguesas citadas pela autora parecem um tanto insuficientes. A “Lembrança das cousas da India, em 1525” estipulava a constituição das frotas orientais portuguesas. Segundo se indica, a galé era um barco indispensável da armada. Este tipo de barco em si não tem nada de especial. O que o torna especial é o facto de combinar habilmente múltiplos remos e peças de artilharia variadas, para formar um poder poderoso de ataque de armas de fogo, num veículo rápido, dando lugar a uma lancha de ataque de alta velocidade. Isso impressionou profundamente os chineses da época, que decidiram imitá-lo. Os de menos de 20 remos são chamados “galiota”. Desta forma, as frotas portuguesas que se deslocaram ao estuário do Rio das Pérolas deviam ser já equipadas com galés e galiotas. Segundo fontes portuguesas, entre 1502 e 1506, Cochim, na Índia, já fizera imitação de pequenos navios de guerra à vela. Uma antiga gravura portuguesa mostra que, após a abertura do porto de Macau, apareciam também galés e galiotas atracadas nas águas da Rada. O motivo em que se baseia a “Teoria

⁶² In *Studies in the History of Sea Crossing*, Vol. 1, Companhia Editora A Amizade, 2019, pp. 28-44.

⁶³ Tese de mestrado apresentada na Universidade Tsinghua, Taiwan, orientador: Fabio Lee Yu-Chung, 2016

da origem dos barcos do Sudeste Asiático” deve-se precisamente ao facto de, pelas gravuras visualizadas nos livros antigos chineses, o Barco-Centopéia (galé) não ter tantos remos, apenas 9 pares. Eis exactamente a diferença entre uma galé e uma galiota.

Numa palavra, parece ser indiscutível que o Barco-Centopéia (galé) teve um protótipo de origem portuguesa.

4. Economia e comércio

1) Rotas comerciais

O objectivo pelo qual os portugueses vieram para o Oriente é mais do que óbvio: “Encontrar especiarias e cristãos”. A especiaria não passa de uma metáfora para negócios; os cristãos significam os motivos religiosos, traduzidos na evangelização. Os portugueses apareceram no litoral chinês para atingir a estes dois objectivos. No que toca ao início do comércio entre Portugal e a China, existem obras gerais e monografias sobre a história do comércio marítimo de e para Macau. Na primeira categoria, podemos aludir à *História Geral de Macau*, da autoria de Huang Qichen (Editora Educacional de Cantão, 1999), que não deixa de ser a mais representativa. O autor, no que se refere ao comércio entre Macau, a China e o Japão, baseia-se principalmente em vários livros de Ch. R. Boxer, publicados nos anos 1950 e 1960. Alguns pontos do livro de Huang são sujeitos a controvérsias, nomeadamente em relação às rotas: 1. Percurso de regresso a Lisboa. Huang afirma que para voltar à Europa era preciso contornar o Cabo da Boa Esperança e seguir para norte, ao longo do oceano Atlântico, pela costa africana acima, passado por Marrocos para arribar finalmente a Lisboa. Esta mais parece ser uma rota deduzida e não um itinerário real. Sabe-se que desde 1500, os portugueses descobriram a rota de Lisboa à Bahia, no Brasil, e depois cruzaram o oceano Atlântico, contornando o “Cabo das Tormentas” (assim, este se tornou no “Cabo da Boa Esperança”), e entraram nas águas do oceano Índico. A referida rota imaginária pode frequentemente ser referida por autores pouco prevenidos, em obras ainda hoje produzidas sobre as rotas portuguesas de

quinhentos e seiscentos. 2. Rota Macau-Manila-México. De 1580 a 1640, Portugal e Espanha estiveram sob a mesma monarquia filipina (Felipe I de Portugal e Filipe II de Espanha). O monarca dualista proibiu explicitamente a navegação e o comércio entre Macau, Manila e o México. Portanto, esta rota, no dizer de Huang, não podia existir e não existiu.⁶⁴ Existiram apenas algumas práticas comerciais ilegais. 3. A propósito da data em que os portugueses começaram a participar na “Feira de Cantão”, Huang Qichen assevera que, desde 1578, os portugueses foram autorizados a frequentar a “Feira de Cantão”, todos os verões e invernos. Existem dados históricos portugueses conclusivos que mostram, que desde 1555, os portugueses foram autorizados a viajar de Lampacao a Cantão para participar na “Feira de Cantão”.⁶⁵ *O Sistema do Comércio Exterior da Dinastia Ming*, de Li Qingxin (Editora de Fontes de Ciências Sociais, 2007) discute mais detalhes acerca da “Feira de Cantão”.

2) Mercadorias

(1) Prata

Do ponto de vista da composição das mercadorias do comércio Sino-Português nos seus primeiros tempos, o artigo mais importante exportado de Portugal para a China foi a prata. O comércio da prata passava por Macau, sempre presente antes e depois da abertura do porto de Macau. Existiam três vias para a prata entrar na China: 1. A prata oriunda da Península Ibérica e da Europa Central, através da Carreira da Índia; 2. A prata das Américas, via Filipinas; 3. A prata do Japão para a China. A prata foi a mercadoria de mais peso no comércio entre a China e Portugal. A partir do Seminário “Questões da Prata na História da China”,⁶⁶ realizado em Macau em 2017, os meios académicos de Macau e da

⁶⁴ Jin Guoping, “1584-1585: A Primeira Viagem Macau-Acapulco”, in *Galeão da China e Rota da Seda e Prata - Uma Pesquisa sobre o Paríán*, pp. 17-35.

⁶⁵ Edição e tradução de Jin Guoping, *Materiais Históricos Seleccionados do Ocidente sobre Macau dos Séculos XV-XVI*, pp. 273-274.

⁶⁶ Wan Ming, “Resumo do Simpósio Internacional sobre Questões da Prata na História da China”, in *Moedas Chinesas*, n.º 3, 2017, pp. 76-79.

China chegaram a consenso sobre como a prata é a razão mais fundamental para a abertura e manutenção de Macau como porto comercial. De entre os muitos factores que permitem Macau sobreviver, através dos séculos, a prata é a razão mais importante e duradoura, porque a procura deste metal é uma necessidade nacional imperiosa. Ao colocar os portugueses em Macau, os mercadores privados chineses, os piratas japoneses e os portugueses ficaram habilmente separados, o que garantiu que o governo chinês pudesse obter constantemente este metal precioso sob o controlo da China. Assim, o aparecimento dos portugueses em Macau não teria resultado definitivamente de alguma cedência não oficial por parte das autoridades de Cantão, mas sim de uma acomodação deliberada da Corte de Pequim, cujo objectivo era obter a prata, de uma forma estável e garantida. Com apenas esse pequeno truque, a China incorporou de facto e subtilmente o comércio privado da prata no litoral chinês na administração estatal. O preço foi ínfimo, pois o lugar para os portugueses viverem e fazerem os seus negócios era apenas uma nesga de terra. Sobre a questão da prata, pode consultar-se Wan Ming *Sobre as Mudanças Sociais verificadas no Final da Dinastia Ming* (Editora Comercial, 2005). O trabalho mais actualizado da mesma autora é “Uma Nova Extensão da Antiga Rota da Seda Marítima - A Ascensão de Macau na Dinastia Ming e a Rota Global da Prata”.⁶⁷ Para uma pesquisa documentada sobre os nomes das moedas ibero-americanas pode consultar-se Jin Guoping “Macau e as pratas das Américas – Um estudo sobre os nomes das moedas hispano-americanas que fluirão na China Ming”.⁶⁸ Resumindo, o número total de prata que entrou na China, através de Macau, continua a ser um problema que necessita de ser resolvido, mediante a utilização dos arquivos de línguas ocidentais, sobretudo ibéricas. Os estudos anteriores foram baseados principalmente em estatísticas feitas por alguns economistas chineses, que por sua vez se apoiaram em dados derivados de vários livros ocidentais sobre o assunto.

⁶⁷ *Mundo Académico do Sul*, n.º 1, 2020, pp. 154-162.

⁶⁸ *Galeão da China e Rota da Seda e Prata - Uma Pesquisa sobre o Parían*, pp. 1-16.

(2) Porcelana

A mercadoria mais importante e em grande quantidade exportada da China foi sem dúvida a porcelana. As primeiras porcelanas azuis e brancas eram oriundas de Jingdezhen e gradualmente substituídas pela “porcelana Clark”. Com base em pesquisas das fontes ocidentais, sobretudo portuguesas e espanholas, Jin Guoping prova que a “Porcelana Clark” era a mesma “Porcelana de Zhangzhou”, chamada “Porcelana de Chincheo”.⁶⁹ São numerosos os artigos sobre a porcelana azul e branca e a “Porcelana Clark”. Apenas para citar alguns, como Jin Guoping e Wu Zhiliang “Peças de Porcelana Chinesa Ming e Qing Dispersas em Portugal”;⁷⁰ Wan Ming “Uma triagem pelo mar: a ascensão da porcelana azul e branca na Dinastia Ming e a sua divulgação pelo Ocidente”⁷¹ etc.

(3) Pérolas, sedas e panos de algodão

A denominada “Rota da Seda Marítima” não faz jus ao seu nome. Nas mercadorias em circulação, a percentagem de seda era extremamente reduzida. Apenas algumas pessoas da classe alta podiam pagar o luxo. De acordo com fontes portuguesas disponíveis até agora, pelo menos até 1525, a mercadoria chinesa mais importante, comercializada pelos portugueses, era o “aljôfar da China”. Só em 1554 é que apareceu o registo da “seda da china”. O destaque especial da “seda da china” deve-se ao facto de os portugueses não comercializarem apenas produtos de seda chinesa, mas também artigos asiáticos de outra proveniência, como Ormuz, na expressão da “seda da China e Ormuz”. Portanto, sabe-se que pela chamada “Rota da Seda Marítima” não circulava exclusivamente a seda chinesa. O maior tecido de exportação chinesa era o tecido de algodão “Canga”, denominado “pano de Songjiang”.⁷² (Nome da prefeitura a que pertencia a actual Xangai)

⁶⁹ Jin Guoping, “Uma Pesquisa sobre o Nome e o Objecto da Porcelana Clark na Literatura Ibérica”, in *Macaologia: Mistérios desconhecidos e desvendados*, pp. 133-150.

⁷⁰ *Jornal do Museu do Palácio Imperial*, 2006, n.º 3, pp. 98-112.

⁷¹ *Navegação Nacional*, 2013, n.º 1, pp. 122-133.

⁷² Jin Guoping, “Canga em português e espanhol: Um estudo etimológico a partir do dialeto Wu”, in *Shilin*, n.º 1, 2015, pp. 52-60, 220.

(4) Chá

Embora o chá tenha sido introduzido na Europa pelos portugueses,⁷³ as primeiras trocas comerciais Sino-Portuguesas não incluíam este produto. Graças aos ingleses, o seu consumo generalizou-se pela Europa e pelo Mundo

(5) Açúcar e confeitos

Os meios académicos não têm prestado muita atenção ao comércio de tais mercadorias no comércio Sino-Português. Na verdade, isso é sumamente importante, porque havia apenas uma fonte doce na Europa naquela época - o mel. Para os europeus, o açúcar representava um novo gosto, de modo que naquele tempo o açúcar branco era conhecido como a “platina” na Europa, querendo dizer que o seu valor era inimaginavelmente custoso, como aquele metal precioso.

III. Reflexões e perspectivas sobre os estudos das relações Sino-Portuguesas

Em suma, após 40 anos de contínuos esforços e acumulação de saberes, os meios académicos chineses alcançaram resultados relativamente frutíferos e progressos a passos largos no estudo da história das relações Sino-Portuguesas, mas ainda se revelam desproporcionados, em relação à sua importância histórica. Em geral, os portugueses que vieram para o Oriente mudaram o curso da história mundial e influenciaram muito os rumos da história da China. Os portugueses desencadearam com audácia a primeira vaga da globalização e a China foi fatalmente envolvida na integração global. Comparando com o vigoroso desenvolvimento dos estudos da Macaulogia, o estudo das relações Sino-Portuguesas parece carecer de um trabalho holístico para rastrear as pegadas dos portugueses no sul da China, a fim de explicar o processo e o percurso do desenvolvimento das relações Sino-Portuguesas e o profundo impacto que se produziu na história da China. De referir que, após o retorno de Macau à soberania

⁷³ Jin Guoping, “Macau e a divulgação da ‘cultura do chá’ no mundo português”, in *Macaulogia: Mistérios desconhecidos e desvendados*, pp. 113-132.

chinesa, tanto os estudos das relações Sino-Portuguesas, como os da Macaulogia têm experimentado um ligeiro abrandamento. Nessas circunstâncias, é imprescindível a formulação de uma lista negativa para esclarecer quais os assuntos que não foram tratados e quais precisam de ser aprofundados. Só assim poderemos continuar a avançar nos estudos das relações Sino-Portuguesas e da Macaulogia, de uma forma mais planificada e passo a passo para irmos mais além.